

Teresa Moraes Sarmiento

Inscrita na Ordem dos Advogados desde 1992, titular da cédula profissional 10255L. Advogada em Associação da Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva e Associados (JSMS e Associados). Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Docente do Departamento de Ciência Política, Lusofonia, Relações Internacionais e Segurança da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, responsável pela lecionação de Introdução ao Direito, Princípios Gerais de Direito, Direito Administrativo, Direito do Trabalho e Direito Empresarial e Direito do Comércio Internacional.

Docente do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), na Licenciatura de Gestão Autárquica, responsável pela lecionação de Instituições Autárquicas e de Instituições Europeias e Políticas Regionais.

Lecionou, ainda, em cursos de Pós-Graduação e em Seminários inseridos no 1.º ciclo de estudos universitários, Direito da Saúde.

Desenvolveu, primordialmente, a sua atividade na Administração Pública (AP) desde 1980 tendo, em julho de 2014, feito cessar o seu vínculo. Desempenhou as funções de dirigente na Administração Autárquica e Administração Central, ao nível de direção superior e de direção intermédia. Foi Diretora-Delegada de SMAS, Subdiretora-Geral da DGAJ/Ministério da Justiça, Diretora de Serviços do CFAP/Ministério da Saúde, Chefe de Projeto do PROFAP (gestão de Fundos FSE e FEDER para a Modernização da AP)/Presidência do Conselho de Ministros, entre outras.

Entre 1990 e 1993 exerceu as funções de formadora do CFAP da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) em diversas áreas jurídico-fiscais, com destaque para o Regime Jurídico da Administração Pública e o Código do Procedimento Administrativo.

Colaboradora do Instituto Nacional de Administração (INA), entre 1993 a 2009, na formação de quadros técnicos e técnicos superiores da Administração Pública, em contratação pública, no regime jurídico aplicável aos trabalhadores da Administração Pública, no Código do Procedimento Administrativo e Fundos Comunitários. Foi formadora, nas áreas indicadas, em diversos outros organismos e instituições da AP, designadamente em Secretarias e Direcções-Gerais e em Centros de Formação dos Hospitais, no Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais, na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e no Estado Maior da Força Aérea.

Coordenou as mesas negociais nas áreas de Emprego Público e Emprego Precário e Formação Profissional na Administração Pública ao nível do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa (1993-95).

Autora do manual *Regime Jurídico da Função Pública* (DGCI, 1991) e *Código do Procedimento Administrativo* (DGCI, 1992).

Conta ainda no seu *curriculum* com duas Pós-Graduações em Direito da Comunicação e em Contencioso Administrativo, respetivamente, no Instituto da Comunicação da Faculdade de Direito da UC e na Faculdade de Direito da UCP. Doutoranda (aguarda a discussão de tese) em

Estudos Europeus na área científica Político-Administrativa pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Línguas: Francês e Inglês.

Principais áreas de atividade: Direito Administrativo, Regime de Contratação dos Trabalhadores da Administração Pública, Contratação Pública, Contencioso Administrativo e Direito do Trabalho.